

LITERATURA, HOMOSSEXUALIDADE E O DIREITO À HISTÓRIA

Leandro Soares da Silva

Universidade do Estado da Bahia, leocapim@gmail.com

Resumo

Este artigo discute como a literatura pode ser considerada subsídio para uma memória da homossexualidade, na medida que a história literária tem sido definida por autores e textos que apresentam essa temática. Com base nesse argumento, discute-se o problema da memória para um grupo social cujas marcas de pertencimento se distinguem pelo fator de discriminação a que seus indivíduos são submetidos, sem, por exemplo, nenhum laço étnico, geográfico ou sanguíneo que os justifique como membros de um grupo homogêneo. Parte-se, então, ao argumento de que a homossexualidade pode ser compreendida a partir das marcas culturais e das formas de sociabilidade que estão presentes nos textos literários. Logo, assim como grupos e comunidades minoritárias ou desprivilegiadas, as pessoas homossexuais têm o seu direito à história e à memória através da literatura no seu aspecto de importante produto cultural. Discute-se, ainda, como o testemunho, na fronteira do literário, é um significativo instrumento para se pensar numa memória das práticas e costumes da homossexualidade.

Palavras-chave: Literatura, Homossexualidade, Memória e Literatura.

No volume *A prisioneira*, da obra *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, somos levados a conhecer o ciúme do narrador por Albertine, sentimento marcado pela lembrança de uma cena em que sua amada e outra mulher trocavam carícias. O livro é um estudo abrangente sobre a obsessão com o ser amado, mas a cena que deve nos ocupar se dá com uma das mais importantes personagens do ciclo proustiano, o M. de Charlus:

Et pourtant Dieu sait que M. de Charlus n'aimait pas à sortir avec M. de Vaugoubert. Car celui-ci, le monocle à l'oeil, regardait de tous les côtés les jeunes gens qui passaient. Bien plus, s'émancipant quand il était avec M. de Charlus, il employait un langage que détestait le baron. Il mettait tous les noms d'hommes au féminin et, comme il était très bête, il s'imaginait cette plaisanterie très spirituelle et ne cessait de rire aux éclats. Comme, avec cela, il tenait énormément à son poste diplomatique, les déplorables et ricanantes façons qu'il avait dans la rue étaient perpétuellement interrompues par la frousse que lui causait au même moment le passage de gens du monde, mais surtout de fonctionnaires. “Cette petite télégraphiste, disait-il en touchant du coude le baron renfrogné, je l'ai connue, mais elle s'est rangée, la vilaine! Oh! ce livreur des Galeries Lafayette, quelle merveille! Mon Dieu, voilà le directeur des Affaires commerciales qui passe! Pourvu qu'il

n'ait pas remarqué mon geste! Il serait capable d'en parler au Ministre, qui me mettrait en non-activité, d'autant plus qu'il paraît que c'en est une¹” (Proust, 341).

O impressionante no texto citado acima é, em primeiro lugar, sua atualidade, capaz de provocar identificação imediata em leitores gays, mas também as redes complexas suggestionadas pela cena, como relações de classe, identidade e subjetivação. No excerto lê-se alguns tópicos sobre o assunto: a homossexualidade como uma subcultura urbana; a socialização versada na ambiguidade e jogos de gênero; a situação das classes e seus objetos de desejo; as disputas implícitas pela ocupação de um espaço. Também revela a diversidade dentro do próprio grupo, onde fronteiras se dissolvem apesar de não se apagarem: o barão de Charlus despreza o marquês de Vaugoubert pela sua linguagem indiscreta, o que espelha as relações de poder entre eles e configura a diferença entre ambos enquanto homossexuais. Essa diferença é o bastante para se negar que os homossexuais existem como um grupo, uma coletividade que partilha de costumes em comum? Isto seria localizável na história, ou antes, compõe uma história? Em caso afirmativo, o material fornecido por essa história alimenta uma memória comum sobre a homossexualidade?

A partir dessas perguntas, este ensaio tentará argumentar sobre a possibilidade do texto literário como repertório para construção de uma memória coletiva sobre a homossexualidade. Apoiar-se na constatação de obras da literatura que tematizam, constroem imagens, ou deixam como um enunciado ambíguo, a experiência de sujeitos homossexuais. A existência do homossexual moderno é um fenômeno recente (assim como a literatura), conforme os ensinamentos de Foucault sobre o século XIX (1988), mas a presença de variadas formas de relacionamento erótico entre pessoas do mesmo gênero está bastante documentada, dos poemas homéricos até os sonetos de Shakespeare, isto é, durante toda a história da literatura até a era moderna. Desde então, esse “fenômeno” ganhou nome e rosto, com a criação de indivíduos – os homossexuais – cujas práticas foram submetidas à descrição patológica e cujas identidades revelaram-se marcadas pela diferença. Os sujeitos homossexuais passaram a ser descritos sob um ponto de vista que privilegiava sua marginalidade,

¹ E no entanto sabe Deus que o sr. de Charlus não gostava de sair com o Sr. de Vaugoubert. Pois este, de monóculo no olho, olhava em todas as direções para os rapazes que passavam. Mais ainda, emancipando-se quando estava com o Sr. de Charlus, usava uma linguagem que o barão detestava. Punha todos os nomes de homem no feminino e, como era muito parvo, achava a brincadeira espirituosíssima e ria às gargalhadas. Como, ao lado disso, receava enormemente perder o seu posto diplomático, eram essas maneiras deploráveis que tomava na rua continuamente interrompidas pelo medo que lhe causava a passagem, no momento, de pessoas da sociedade, e sobretudo de funcionários. “Esta telegrafistazinha”, dizia cutucando o barão emburrado, “já me dei com ela, mas a ingrata resolveu mudar de vida! Oh!, aquele entregador das Galeries Lafayette, que maravilha! Meu Deus, olhe quem vem ali: o diretor dos Negócios Comerciais! Contanto que ele não tenha visto o meu gesto. Seria capaz de falar ao ministro, que me poria em disponibilidade, tanto mais que parece que também ‘é’” (Proust, 2011, 56).

sexualidade como vício ou doença e sob o signo da tragédia. Essas representações literárias aos poucos dialogariam com uma literatura mais sintonizada com a experiência homossexual como um dado humano, sem os traços que a definiram negativamente no século XIX. A luta organizada pelos direitos civis das pessoas de orientação sexual minoritária vem ganhando reconhecimento e reflete-se em transformações discursivas no campo das representações culturais. Portanto, de que modo a presença desses sujeitos na literatura, presença essa nem sempre explícita mas ainda assim operante, pode contribuir para a construção da experiência dessas pessoas, de sua história e de sua memória? Essa questão impõe o problema da possibilidade de encarar o literário como instrumento dessa contribuição. A literatura tem o poder de servir como substrato para a história de pessoas com experiências tão variadas entre si, formas de opressão tão difusas e com subjetividades continuamente questionadas?

O sinal de uma via para tentar responder essas questões também vem de Proust, mais exatamente do início de *Sodoma e Gomorra*, no qual o narrador capitula sobre a homossexualidade e constrói-lhe uma genealogia que remonta à cidade bíblica e seu povo:

Ces descendants des Sodomistes, si nombreux qu'on peut leur appliquer l'autre verset de la Genèse: "Si quelqu'un peut compter la poussière de la terre, il pourra aussi compter cette postérité", se sont fixés sur toute la terre, ils ont eu accès à toutes les professions, et entrent si bien dans les clubs les plus fermés que, quand un sodomiste n'y est pas admis, les boules noires y sont en majorité celles de sodomistes, mais qui ont soin d'incriminer la sodomie, ayant hérité le mensonge qui permit à leurs ancêtres de quitter la ville maudite. Il est possible qu'ils y retournent un jour. Certes ils forment dans tous les pays une colonie orientale, cultivée, musicienne, médisante, qui a des qualités charmantes et d'insupportables défauts² (Proust, 270).

O excerto pode ser interpretado a partir dos sentidos de herança e posteridade. O narrador, ao sugerir que os homossexuais são cria de um povo maldito disseminado por toda parte, e que vem dando prosseguimento aos seus costumes, a infiltrar-se em todos os meios da sociedade, leva-nos a pensar nos modos em que essa herança é transmitida. A posteridade aparece aqui como sinônimo de uma continuidade permitida pela memória de costumes e práticas que são mantidas pelos indivíduos em questão.

² Esses descendentes dos sodomitas, tão numerosos que se lhes pode aplicar aquele outro versículo do Gênesis: "Se alguém puder contar os grãos de pó da terra, poderá contar essa posteridade", se estabeleceram em toda a terra, achavam acesso a todas as profissões e entram com tal facilidade nos círculos mais fechados, que, quando algum sodomita não é admitido neles, as bolas pretas são na maior parte de sodomitas, mas que tem o cuidado de incriminar a sodomia, como que tendo herdado a mentira que permitiu a seus antepassados abandonarem a cidade maldita. É possível que algum dia voltem a ela. Evidentemente, formam em todos os países uma colônia oriental, culta, musical, maldizente, que possui qualidades encantadoras e insuportáveis defeitos (PROUST, 2008, 50-51).

Mas homossexuais não são um povo e muito menos um grupo étnico. Podem viver sem jamais sofrerem qualquer tipo de opressão, desde que anulem a expressão de suas sexualidades e é a maneira com que lidam com esta situação que em parte define suas subjetividades. Existem em todo tipo de agrupamento humano e atravessam as fronteiras de classe, gênero, etnia ou raça. Os graus de opressão a que são submetidos podem variar dependendo desses fatores e da exposição que fazem de si mesmos. Essa problemática enraíza suas próprias identidades, frequentemente sujeitas à contestação ontológica. Daí que falar sobre uma história da homossexualidade é falar de uma série de descontinuidades e suposições por causa do fato de os homossexuais, como pessoas, não se reproduzirem, e serem incapazes de transformar outras pessoas em homossexuais. O único modo de passarem adiante seu “legado” é como uma herança cultural. A melhor maneira de se falar sobre a memória desses indivíduos dialoga com as técnicas de opressão mas não pode se reduzir a elas; a maneira mais acessível é traçar suas existências na cultura produzida por um povo. A literatura, ao evidenciar os modos como esses sujeitos se comportam, vivem, amam e se relacionam com a sociedade, constrói a história e a memória dessas pessoas. Durante muito tempo, ela foi um dos poucos meios de se ter uma ideia do que poderia ser uma pessoa homossexual, do seu passado e presença no mundo. À parte a intencionalidade dos textos, o índice mínimo dessa presença é o bastante para contar a história, que há de ser sempre difusa e intermitente, e que contribui para uma memória, um passado que atesta suas existências e vivências.

É uma história descontínua, intuída através do repertório de imagens fornecidas pela própria literatura. Como fragmentos soltos no interior de um *corpus* gigantesco, a tarefa de tal historiador seria compilar essas imagens, numa espécie de trabalho que também se assemelha ao do etnógrafo: nesses fragmentos estão os modos de ser de indivíduos que de outra forma jamais conheceriam o valor de suas experiências ou seriam sujeitos históricos. Essa é, sobretudo, uma tarefa de leitura. Um tipo de trabalho que faz jus ao programa benjaminiano por uma história dos vencidos: o passado, que a literatura contém, há de ser um sempre “agora” que redimensiona o presente; ele “só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (Benjamin, 1994, 224). Tal postura é a de uma responsabilidade com aqueles que não mais existem e com os que não existem ainda, atitude talvez a mais importante que o sujeito no presente deva ter: “o perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem”. Não é pouca responsabilidade. A história da literatura é uma história de vencedores, ela se articula a partir da dominação de determinadas tradições em detrimento de outras, sua autoridade é o coro comum das

leituras formativas do povo e da cultura. Para se tornar um patrimônio público é preciso que o texto literário satisfaça as demandas de representação de uma hegemonia. Isto nos lembra Halbwachs:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (Apud POLLACK, 1989, 3-4)³.

Mas parte do potencial disruptor e transgressivo da literatura consiste exatamente em não seguir essas mesmas exigências, proporcionado pelo poder subversivo da linguagem em que se articula, desafiando, ao mesmo tempo em que consola, os ideais regulatórios da sociedade.

Os sonetos de Shakespeare, considerados entre os melhores exemplos de seu talento, jogam com essa dualidade. Certas leituras produzidas têm de lidar com o desconforto de que grande parte deles corresponde a um diálogo amoroso entre dois homens, sem que o bardo tenha tido a menor preocupação de encobrir esse dado. O *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa convida o leitor a, entre tantos caminhos, conhecer a história de amor entre dois jagunços, o que, para apaziguamento geral, revelar-se-á um engano. A introdução desse elemento no enredo enriquece o texto de Rosa com uma disseminação de significados cuja importância vai além da leitura canônica do romance. O texto nega e finalmente confirma o amor heterossexual com a mesma destreza. Com esses exemplos, intui-se que a literatura enquanto dispositivo de poder é extremamente astuciosa e polivalente; faz parte de sua própria estrutura negar os interesses dos usos que se fazem dela – sem essa marca, talvez, não se poderia sequer chamá-la por esse nome. Ler contra as leituras dominantes é trabalho análogo ao do historiador dos vencidos, revelar as possibilidades abertas de ressignificação pela própria tessitura do texto, para compor o catálogo de imagens de uma história submersa.

Percebe-se, portanto, que a literatura funciona nesse caso como um substituto para a história desses sujeitos. É um dispositivo testemunhal, mas não jurídico, dessa experiência. A autoridade sagrada do literário precisa então ser profanada a fim de se reconhecer que ela supostamente existe a favor da norma, não sendo jamais descompromissada nem ausente do mundo. É um ato de ficção que é um ato performativo. Se se encara o literário numa redoma especial da experiência humana,

³ Citado por Pollack (1989, 3-4), que desenvolve o problema, sugestionado por essa passagem, da necessidade de uma “negociação” entre as memórias coletiva e individual, sendo o melhor exemplo da primeira a memória nacional. Pollack sugere que essa afirmação de Halbwachs não “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.”

nega-se seu poder transformador do “real”, poder esse tantas vezes favorável aos vencedores. É preciso ler a contrapelo, mas não para negar o literário, e sim para questioná-lo e expor suas contradições.

Essa leitura permite retrair a história submersa dos oprimidos e sua presença no mundo. É portanto por um ato do leitor, de sua responsabilidade com o literário também, onde se desenterra e se desenha a história daqueles que não têm história. Como a sexualidade é só um dado da experiência cotidiana, não sendo mais nem menos importante que qualquer outro, o texto literário ajuda apenas a recompor uma história que por isso sempre terá as feições de uma ruína. Sempre inacabada, perene e perecível.

O Outro, que aqui é o homossexual, precisa decifrar essas ruínas para (re)construir seus próprios modos de ser que não são representados hegemonicamente. Os romances (esse gênero que já foi a melhor forma de representar a sociedade burguesa) nos contam histórias sobre homens e mulheres, nos ensinam sobre o amor entre homens e mulheres e ditam os modos de ser e de estar com que homens e mulheres se diferenciam. Hoje a música popular, o cinema e as narrativas da televisão desempenham esse papel. Homens e mulheres homossexuais precisam então aprender a ler e a decifrar a contrapelo, pois a ética homossexual não é hegemônica. A literatura aqui tem a função de fornecer um *ethos* a esses indivíduos ao mesmo tempo em que o constrói. É um modo de aprender a viver que é também uma lição sobre a vida. Documenta as particularidades, os comportamentos, os índices que ajudam esses leitores a construir um patrimônio em comum, que servirá de memória coletiva enquanto espaço *representacional*. A escolha desse adjetivo levanta o problema da literatura servir como repertório e ato performativo. Ele joga com dois sentidos de “representação”: o da encenação e o da transferência, *Darstellung* e *Vertretung*, que agem em conjunto e tornam esse espaço sobretudo problemático. A noção de “memória coletiva” se verifica por causa da presença de uma subcultura comum e amplamente compartilhada, em que modelos de sociabilidade, vivências, formas de comunicação e produção de saberes se disseminam nas representações encontradas nos textos.

Porém, este Outro não existe unicamente em contraste com o “Eu” heterossexual, ele é uma categoria astuciosa e fragmentada, jamais monolítica e em determinado nível até articuladora do poder dominante (isto se esclarece, por exemplo, ao se considerar que homens homossexuais não necessariamente abdicam ou são privados do “privilégio” atribuído à masculinidade). A documentação de sua existência na literatura já é um atestado de sua força no literário. Só podemos ler essa história como uma história de oprimidos se se assume de início uma motivação engajada,

mesmo engajamento necessário para ampliar essa história como uma memória coletiva. Este problema precisa ser considerado para que não se constitua uma “identidade gay” ilusoriamente totalizante, cujas representações literárias forneceriam somente exemplos negativos e suas antíteses celebratórias ou, por outro lado, diminuídas pela opressão heterossexual. Negar isto equivale a dizer que, por exemplo, na obra máxima de Proust, uma das joias do cânone ocidental, a homossexualidade não possui nenhuma função importante para a narrativa, quando sabemos que ela atravessa todas as suas páginas e é pelo menos explicitamente tematizada em dois de seus volumes (*Sodoma e Gomorra* e *A prisioneira*). Como essa força tão constante que se poderia até mesmo dizer hegemônica, cujos relampejos na história literária surgem ora com maior ou menor intensidade, serve-nos como a história de esquecidos? Poderíamos responder que é como um ato de responsabilidade diante da história, uma decisão consciente de ler estes atos de ficção em sua performatividade e ressignificá-los por aqueles que se foram e os que ainda não chegaram, como um gesto que desvela uma tradição submetida à má fé do esquecimento. A provável aporia que se impõe: uma história minoritária cujas representações estão no centro do cânone ocidental.

Então não se nega o direito à história, pois a literatura a registra em seu estatuto ficcional, mas talvez ela ainda não forneça os tropos para a memória coletiva a não ser através de lideranças como um instrumento de emancipação. A diversidade no interior do grupo pulveriza o alcance de tal memória aquém da comunidade de leitores, os quais, de fato, se beneficiariam através da leitura desse patrimônio cultural literário.

O testemunho como gênero narrativo expõe outro lado desse debate. Até este ponto, a leitura que se descreveu para o texto literário os considera em seu estatuto de ficcionalidade e principalmente em seu pertencimento ao cânone. Talvez abordar o testemunho nos aponte a necessidade de se ler a literatura a contrapelo em benefício de uma memória. No contexto do extermínio genocida e da voz testemunhal que precisa de um terceiro para ser legitimada, Seligmann-Silva (2008, 18) afirma que “é na literatura e nas artes onde esta voz poderia ter melhor acolhida” e que podemos aprender muito com “os hieróglifos de memória que os artistas nos têm apresentado.” Mas como nos lembra Paul Ricœur, “é na prática cotidiana do testemunho que é mais fácil discernir o núcleo comum ao uso jurídico e ao uso histórico do testemunho”, que o leva a questionar: “até que ponto o testemunho é confiável?” (RICŒUR, 2007, 171).

O nazismo deixou para a humanidade o genocídio como ato burocrático do Estado, cujo horror é bem documentado pela história e pelo testemunho das vítimas. A Shoah precisa nunca ser esquecida para nunca mais acontecer. Ela nos introduz também o problema dos testemunhos das

outras pessoas perseguidas pelo regime que não tiveram o mesmo direito à história. O Reich de Hitler apoiou-se numa lei de 1871, o Parágrafo 175, para encarcerar aproximadamente 100 mil homens considerados gays, metade dos quais cumpriram pena indefinidamente e cerca de 10 mil foram internados em campos de concentração⁴. Com o fim da guerra, esses homens continuaram a ser perseguidos, pois o Parágrafo 175 foi lei vigente até a década de 60 na Alemanha Ocidental, e somente em 2002 o governo alemão, seguido em 2005 pela Comunidade Europeia, reconheceu oficialmente a perseguição e morte de homossexuais pelo nazismo. Os sobreviventes passaram o resto de suas vidas sem poder dar seus testemunhos, e quando o fizeram (em esparsos e até anônimos momentos a partir de meados do século) foram considerados mentirosos ou menosprezados pois os crimes cometidos contra eles não poderiam ser qualificados como responsabilidade dos nazistas, por se basearem numa lei anterior ao regime. Até hoje, somente cerca de dez pessoas deram seus testemunhos e apenas três tiveram suas memórias dos campos registradas em livro. O último sobrevivente morreu em 2012 e não se acredita que novos testemunhos desse tipo chegarão a ser conhecidos.

O estado de exceção do nazismo é a mais forte ilustração da inexistência e da necessidade de uma memória sobre a homossexualidade. Os sobreviventes não poderiam ser ouvidos porque suas existências jurídicas eram contestáveis, seus modos de ser eram vistos como injustificáveis e suas experiências eram questionáveis. A ausência de uma comunidade que lhes apoiasse ou lhes considerasse como vidas válidas contribuiu muito para o silêncio. A vergonha os ajudou a se esconder e permanecer inexistentes na história. Não há nada para se lembrar sobre essas 100 mil pessoas, a não ser vestígios. São apenas “os outros” na contabilidade do nazismo. Suas histórias não chegaram até nós porque não existe memória para eles, somente a memória individual que precisa ser esquecida, que não se quer lembrar e cuja veracidade é colocada em suspeita⁵. Para os judeus exterminados e perseguidos pelo nazismo existem a memória dos crimes e o evento na história, como um aviso a toda a humanidade; mas não há memória nem história dos homens e mulheres gays que tiveram a mesma sina como um alerta para a humanidade e como referência para as pessoas homossexuais. As pessoas que testemunharam só o fizeram quando suas vidas chegavam ao

⁴ Todos os dados e informações sobre homossexuais sob o regime nazista são do sítio do United States Holocaust Memorial Museum, indicado nas referências. O número exato de mortes das pessoas desse grupo é desconhecido.

⁵ No documentário *Paragraph 175*, lançado no ano 2000 e dirigido por Rob Epstein e Jeffrey Friedman, uma das vítimas começa se recusando a lembrar a experiência traumática e diz que nunca explicou à família o motivo de sua prisão. Pierre Seel, o mais famoso entre eles, conta ter fugido do passado ao casar e ter filhos, só revelando em idade avançada o que lhe acontecera. Rudolf Brazda, o último sobrevivente a se revelar, resolveu contar a um jornalista o período que passou num campo de concentração, entregando-lhe documentos comprobatórios inclusive, somente no fim de uma vida vivida em silêncio por causa da vergonha.

fim, o que é sintomático: não poderiam mais ser prejudicados pelos testemunhos e o fizeram no momento em que a sociedade estava mais aberta a discutir sobre homossexualidade de forma séria⁶. Este exemplo excessivo confirma de novo as palavras de Ricœur sobre o testemunho (2007, 175): “o que a confiança na palavra de outrem reforça não é somente a interdependência, mas a similitude em humanidade dos membros da comunidade.”

A literatura, portanto, autoriza seu uso como vestígio histórico desses indivíduos e, na ausência e na impossibilidade de uma narrativa unificadora e mítica sobre a experiência homossexual, funciona também como uma espécie de repertório para a memória dessas pessoas. Contudo, como nos aponta o exemplo do testemunho, a validade dessa memória e sua instrumentalização permanecem problemáticas.

Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política: obras escolhidas I*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ERIBON, Didier. *Réflexions sur la question gay*. Paris: Fayard, 1999.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROUST, Marcel. *A prisioneira (Em busca do tempo perdido 5)*. Tradução de Manuel Bandeira e Lourdes Sousa de Alencar. São Paulo: Globo, 2011, 13^a ed.

PROUST, Marcel. *La prisonnière*. Disponível na internet: <
<http://alarecherchedutempsperdu.org/marcelproust/341> > Acesso em 1 jan. 2015.

PROUST, Marcel. *Sodome et Gomorrhe*. Disponível na internet: <
<http://alarecherchedutempsperdu.org/marcelproust/270> > Acesso em 1 jan. 2015.

⁶ Uma nota, tão acidental quanto importante, sobre o uso nazista do Parágrafo 175: a maioria das mulheres escapou do aprisionamento porque considerava-se o lesbianismo um estágio passageiro, próprio da imaturidade feminina, e não acreditava-se no poder delas para cometer um “crime contra a natureza”. Isto nos diz um pouco mais do que desejaríamos saber sobre o nazismo como especialização do mal.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas.” *Psicologia clínica*. Rio de Janeiro: vol. 20, n. 1, 2008, p. 65-82.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM.
<http://www.ushmm.org/museum/exhibit/focus/homosexuals/> Acesso em 9 dez. 2014.